



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

CAMPUS BRASÍLIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
GESTÃO PÚBLICA: GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

BRASÍLIA-DF
2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

REITORIA

Veruska Ribeiro Machado

Reitora

Simone Braz Ferreira Gontijo

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Débora Leite Silvano

Diretora de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAMPUS BRASÍLIA

Christine Rebouças Lourenço

Diretora-Geral

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos

Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa, Inovação e Extensão

Nadia Silvério Oliveira Irineu

Coordenadora de Pós-graduação, Pesquisa, Inovação e Extensão

Nancy da Luz Davidis

Coordenadora do Curso Pós-graduação em Gestão Pública: Governança e Políticas Públicas



SUMÁRIO

1	QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2.	JUSTIFICATIVA DA OFERTA.....	6
2.1	Caracterização da Região Atendida	6
2.2	O Instituto Federal de Brasília	8
2.3	Do Curso de PGGP.....	9
2.4	Justificativa para Oferta do Curso	10
3.	OBJETIVOS.....	11
3.1	Objetivo Geral	11
3.2	Objetivos Específicos	11
4.	PÚBLICO ALVO E PERFIL DO EGRESSO	12
4.1	Público Alvo	12
4.2	Perfil Profissional do Egresso.....	12
5.	COORDENAÇÃO DO CURSO	12
6.	CORPO TÉCNICO E DOCENTE QUE PODERÁ ATUAR NO CURSO.....	13
6.2	Corpo Técnico Administrativo que poderá atuar no Curso.....	17
7.	INFRAESTRUTURA: INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA	19
7.1	Biblioteca	19
7.2	Acervo Físico e Digital.....	20
7.2.1	Crescimento do Acervo Físico	21
7.3	Produtos e Serviços Ofertados.....	23
7.4	Acessibilidade	24
7.5	Infraestrutura.....	24
7.6	Recursos Tecnológicos	25
7.7	Canais de Comunicação	26
8.	MATRIZ CURRICULAR	26
8.1.	Fluxo e organização curricular	27
8.2.	EMENTÁRIO.....	28
9.	METODOLOGIA	38
10.	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO.....	38
11.	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	38
11.1	Recuperação.....	40
12.	APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	40
14.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	41
14.1	Fluxo	41
15.	CERTIFICAÇÃO DO CURSO	43
16.	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO.....	43



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

REFERÊNCIAS	44
Anexo I – TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO – TCC	46
Anexo II - TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE	47
Anexo III - SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO.....	48



1 QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Quadro 1 – Identificação do curso

Denominação do curso	Curso de Especialização em Gestão Pública – Governança e Políticas Públicas
Eixo tecnológico	Gestão e Negócios
Titulação e Habilitação	Especialização em Gestão Pública
Carga horária total	360 horas
Atividades complementares	Não se aplica
Trabalho de conclusão de curso	Obrigatório
Qualificações profissionais intermediárias	Não se aplica
Forma de ingresso	Editais específicos do campus
Modalidade de ensino	Presencial
Regime de matrícula	Por componente curricular
Prazos para a integralização do curso	Mínimo de (10) dez meses e máximo de (20) vinte meses
Número de vagas oferecidas por processo seletivo	40 vagas (por ano)
Turno(s) de funcionamento	Vespertino e Noturno (preferencialmente)
Endereço do curso	SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Brasília/DF, CEP 70830-450
Resolução autorizativa	Processo: 23098.000.898/2013-11



2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA

Neste tópico serão apresentados aspectos contextuais sobre a Caracterização da Região Atendida, o Instituto Federal de Brasília - IFB, o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública - Governança e Políticas Públicas - PGGP - e a justificativa para oferta do curso.

2.1 Caracterização da Região Atendida

O Campus Brasília do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília está situado na Região Administrativa do Plano Piloto que integra o grupo das 35 regiões administrativas do Distrito Federal.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021¹ desenvolvida pela Companhia de Planejamento do Governo do Distrito Federal (CODEPLAN) apresenta informações segmentadas por Região Administrativa que são de suma importância ao planejamento regional e definição estratégica de ações e programas de governo, permitindo identificar situações de desigualdades sociais e econômicas, de carências pela prestação de serviços públicos e de infraestrutura, que requerem a efetiva presença e atenção por parte do Estado.

O Distrito Federal, de acordo com a pesquisa (CODEPLAN, 2022), possui uma dinâmica considerável de geração de postos de trabalho, mas ainda insuficiente para o atendimento da demanda crescente de trabalhadores residentes nas regiões administrativas e nos municípios que compõem a área metropolitana. A pesquisa evidencia a predominância da administração pública, comércio e serviços em geral na oferta de vagas, uma modesta participação da indústria e uma ainda menor participação da agropecuária. No Distrito Federal, a Região Administrativa do Plano Piloto é responsável pela oferta do maior número de postos de trabalho.

Segundo a PDAD-2021 (CODEPLAN, 2022), há um elevado grau de diferenciação existente entre Regiões Administrativas não só pelos padrões de renda, pelas condições e tamanho das áreas residenciais, pela posse de bens de consumo,

¹ COMPANHIA de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. Pesquisa de Amostra por Domicílios (PDAD) 2021. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2021-3/>. Acessado em: 20 de nov. de 2024.



bem como as condições de habitabilidade dos domicílios, sendo que tais diferenciações estão correlacionadas com os padrões de rendimento das famílias.

Ressalta-se que o Distrito Federal possui um comportamento demográfico bastante dinâmico, com ênfase para a taxa de natalidade e migração, não apenas as relacionadas aos movimentos diários, mas em relação aos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF).

Segundo a pesquisa supramencionada, a escolaridade das pessoas com 25 anos ou mais de idade, 36,3% têm nível superior e 29,5% tem ensino médio completo.

O estudo sobre a população, renda e ocupação apresentado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN (COMPANHIA, 2015)², apresenta mais um pouco do cenário no qual o IFB Campus Brasília atua.

O Distrito Federal [...] revela-se um território profundamente desigual nos vários aspectos abordados. A distribuição da população está fortemente concentrada na porção centro-oeste de seu território, com mais de 60% cerca de seus habitantes (1,7 milhão de pessoas) dispostos em menos de 10% de sua área territorial.

Quanto à distribuição espacial da renda, observa-se uma profunda desigualdade, com duas Unidades de Planejamento Territorial apresentando uma elevadíssima renda domiciliar per capita e outras quatro com rendimento muito inferior.

Por fim, talvez a maior distorção seja a identificada na distribuição dos postos de trabalho, com uma única Região Administrativa, o Plano Piloto, respondendo por quase metade das ocupações geradas.

A sociedade brasileira está absolutamente convencida e consciente da necessidade de proposições e ações, não só governamentais, mas também de segmentos da própria sociedade civil, como o setor empresarial e as instituições de ensino e pesquisa, no sentido de reverter tais números e erigir uma economia mais equilibrada e uma sociedade mais equânime (COMPANHIA, 2015, p. 10).

Nesse contexto, o papel de apoio ao desenvolvimento regional e social do Instituto Federal de Brasília, *Campus Brasília* se destaca à medida que possibilita à

² COMPANHIA de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. População, Renda e Ocupação nas Unidades de Planejamento Territorial. Brasília, 2015. Disponível em: <https://codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/joomla/735bf60ff91937e4b8e7158564003fdb.pdf>. Acessado em: 29 de out. de 2024.



sociedade a oferta de curso de formação profissional para o atendimento às demandas e necessidades regionais.

2.2 O Instituto Federal de Brasília

O Instituto Federal de Brasília é oriundo da Escola Técnica Federal de Brasília que foi criada pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 e possuía a finalidade de ofertar formação profissional técnica de nível médio. Em dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892/2008, esta escola foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, ou também conhecido como Instituto Federal de Brasília (IFB), passando a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada também pela mesma lei.

Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pela associação dos Institutos Federais, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, dos CEFET de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II (MINISTÉRIO, 2012).

O Instituto Federal de Brasília iniciou suas atividades a partir do Campus Planaltina, antigo Colégio Agrícola. Em seguida foram criados os cargos que deram origem aos Campus Brasília, Taguatinga, Samambaia e Gama por meio da Lei nº 11.740, que criou os cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às Instituições Federais de Ensino Superior e de Educação Profissional e Tecnológica.

A partir desse momento, a gestão do recém-criado Instituto Federal de Brasília inicia a busca da efetivação dos terrenos a serem doados pelo Governo do Distrito Federal - GDF para a instalação dos futuros *campi*.

Enquanto estavam tramitando as doações na esfera do GDF e da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento – SPU/MP, foram cedidas, pelo GDF, instalações provisórias que possibilitaram o funcionamento precário dos referidos *campi*.

O Campus Brasília inicia no ano de 2011 as suas atividades de ensino na Região Administrativa de São Sebastião por meio de acordo de cooperação entre as escolas do GDF e instala-se administrativamente na Asa Norte ainda.



Somente em meados de 2012, o *campus* localizado na SGAN 610, Módulos D,E,F e G passa a ser ocupado e utilizado pelos servidores da reitoria e do Campus Brasília, bem como os estudantes ainda em instalações precárias e provisórias.

Atualmente a situação de infraestrutura do *campus* se encontra completa, foram concluídas as obras do ginásio poliesportivo que permite a realização de atividades de educação física e desportivas, da biblioteca central do Instituto Federal de Brasília, bem como do auditório e dos demais estacionamentos do *campus*.

2.3 Do Curso de PGGP

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Governança e Políticas Públicas do IFB obedece ao disposto nos seguintes marcos legais:

- i. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB);
- ii. Resolução CNE/CES nº 1, de 1 de abril de 2018;
- iii. Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- iv. Decreto Nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006;
- v. Decreto Nº 5.825, de 29 de junho de 2006;
- vi. Portaria Normativa MPOG Nº 4, de 28 de setembro de 2010;
- vii. Resolução Nº 012-2013/CS-IFB (Aprova as normas de funcionamento dos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu do IFB); e
- viii. RESOLUÇÃO 28/2023 - CS/RIFB/IFBRASILIA (Aprova o Projeto Desenvolvimento Institucional – PDI do IFB).

O Governo Federal tem empreendido ações no intuito de capacitar cidadãos para atender ao perfil de gestor público demandado pelo Estado em seus desafios contemporâneos, destacando-se neste direcionamento, o Programa de Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública no Brasil e o Programa Nacional de Administração Pública. Tais ações corroboram o esforço estatal em preparar profissionais para desempenhar a função pública de maneira efetiva. Convergindo para essa mesma linha, a Audiência Pública realizada por este Instituto, aos 10 dias do mês de março do ano de 2009, para definir os cursos a serem oferecidos pelo campus Brasília, apontou cursos de Gestão Pública entre as áreas de formação prioritárias. Assim, foi a partir do cenário descrito, das demandas do mercado de



trabalho e do perfil socioeconômico da região, que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), passou a considerar a oferta de uma Especialização em Gestão Pública, com a expectativa de permitir o amplo acesso de jovens e adultos a uma educação de qualidade nessa área.

2.4 Justificativa para Oferta do Curso

A cidade de Brasília, onde está inserido este Instituto, tem grande destaque em matéria de empregabilidade no setor público. A magnitude do papel do Estado na economia local pode ser verificada, ainda, no Produto Interno Bruto (PIB) deste ente federado. O PIBDF de 2013, divulgado em 2015 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal em parceria com o IBGE, aponta a cifra de R\$ 62,8 bilhões como resultado da economia local, dos quais 44,4% referem-se à contribuição direta da Administração Pública. Além disso, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal de 2015 apontam que governo (Administração Pública, Defesa e Seguridade Social) é o empregador de cerca de 14,8% da população ocupada.

Dentre as opções de educação profissional ofertadas no campus Brasília, o eixo Gestão e Negócios tem sido representado em diferentes níveis, por meio dos cursos Técnico Subsequente em Serviços Públicos, Superior em Tecnologia em Gestão Pública da Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública (desde 2015). Ao ofertar esta Especialização em Gestão Pública – Governança e Políticas Públicas, o IFB contribui para a formação de pessoas com as competências específicas necessárias à consolidação de uma gestão pública responsável. Ao elevar os níveis de qualificação dos quadros de órgãos públicos, esse tipo de curso auxilia na profissionalização da gestão pública com vistas ao enfrentamento de desafios do desenvolvimento do Brasil.

Ao encarar a governança como desafio primário, buscam-se melhorias da gestão pública quanto aos seus aspectos de avaliação, direcionamento e monitoramento. Ademais, a oferta desse curso de pós-graduação Lato Sensu atende às disposições da Lei Nº 11.892/2008 e da Resolução Nº 16/2012-CSIFB, pois converge para a verticalização dos cursos na área de gestão pública já ofertados no campus Brasília. Ressalta-se, ainda, que esta proposta de continuidade da expansão



do itinerário formativo atualmente disponível à comunidade discente contribuirá para a consolidação das linhas de pesquisa e da produção acadêmica dos docentes da área. Em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (Resolução 28/2023 - CS/RIFB/IFBRASILIA), cabe destacar os objetivos estratégicos indicados no quadro 63 – “Indicadores por objetivos estratégicos e perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC)”, que coaduna com a oferta da pós em questão, são eles:

- Assegurar a oferta de cursos gratuitos e de qualidade, integrando ensino, pesquisa, inovação e extensão, alinhados às demandas do mundo do trabalho;
- Promover a equidade de gênero, a diversidade e a inclusão;
- Aprimorar as políticas e ações de permanência e êxito dos estudantes.

Ressalta-se que o PDI prevê a oferta anual da Pós-Graduação em Gestão Pública: Políticas Públicas e Governança entre os anos 2024 a 2030.

Por fim, registra-se que essa ação resultará em maior eficiência na utilização dos recursos do campus Brasília do IFB.

3. OBJETIVOS

Os objetivos indicam o que o discente irá alcançar como consequência de seu aprendizado pleno. Assim, temos o objetivo geral e os específicos do curso em questão:

3.1 Objetivo Geral

Capacitar pessoas de nível superior para atuarem de maneira eficaz, eficiente e efetiva no planejamento, execução e avaliação de políticas públicas, seguindo os princípios da governança do setor público.

3.2 Objetivos Específicos

- i. Disseminar uma visão sistêmica, estratégica e integrada da gestão pública;
- ii. Elevar os padrões de eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública, com vistas a promover um serviço de qualidade e que atenda às demandas da sociedade;
- iii. Desenvolver competências de liderança e gestão do comportamento organizacional;



- iii. Disseminar a importância de gerenciar recursos de acordo com os preceitos da governança do setor público com ética, responsabilidade, transparência e controle;
- iv. Difundir conhecimentos e práticas de planejamento, coordenação, execução e avaliação de políticas públicas, considerando os princípios da governança e as tendências e transformações na gestão pública, tendo como foco a transparência e o envolvimento das partes interessadas;
- v. Formar competências visando a utilização de ferramentas e estratégias que melhorem a capacidade de gerenciar riscos e de entregar benefícios econômicos e sociais para a sociedade.

4. PÚBLICO ALVO E PERFIL DO EGRESSO

O público alvo indica o grupo de pessoas que o curso visa atingir e o perfil do egresso indica as competências desenvolvidas ao longo do curso. Assim temos:

4.1 Público Alvo

Portadores de diplomas de graduação, emitidos por entidades reconhecidas pelo Ministério da Educação, preferencialmente para profissionais que atuam na área de interesse do curso.

4.2 Perfil Profissional do Egresso

Os egressos do curso de pós-graduação estarão aptos a desempenhar suas atividades com competências de análise, pesquisa, avaliação e controle de políticas públicas, seguindo os princípios da governança. A partir desse processo de desenvolvimento especializado e profissional, o egresso será incentivado a continuar sua busca por auto aperfeiçoamento, por meio da educação.

5. COORDENAÇÃO DO CURSO

O coordenador do curso de pós-graduação *lato sensu* terá as seguintes atribuições:

- I - Presidir o Colegiado do Curso;
- II - Coordenar as atividades administrativas do curso;



III - Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega dos documentos de registro de frequência e rendimento escolar das unidades curriculares, bem como dos trabalhos de conclusão de curso para avaliação quando for o caso;

IV - Realizar reunião com os discentes, ao início das aulas, para apresentação do curso e suas normas, além de apresentar este regulamento para eles;

V - Realizar reuniões periódicas com o colegiado do curso, para análise do andamento dos trabalhos realizados no curso;

VI - Orientar quanto aos procedimentos para defesa dos trabalhos de conclusão de curso;

VII - Conhecer integralmente o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação *lato sensu* e suas eventuais atualizações;

VIII - Acompanhar o corpo docente e a infraestrutura dos ambientes educacionais para a adequada execução do projeto do curso;

IX - Acompanhar o desenvolvimento do curso, o cumprimento do cronograma e entrega dos planos de ensino pelos docentes;

X - Encaminhar ao colegiado os pedidos de aproveitamento de estudos e reconhecimento de saberes para análise e conduzir os pareceres ao Registro Acadêmico;

XI - Encaminhar ao Registro Acadêmico as atas e avaliações dos trabalhos de conclusão de curso, quando estiver previsto no PPC;

XII - Organizar os processos de avaliação do curso.

6. CORPO TÉCNICO E DOCENTE QUE PODERÁ ATUAR NO CURSO

Quadro 2 – Corpo docente

Nome	Área	Titulação	Componente(s) que poderá ministrar no curso	Regime de Trabalho	DE	Currículo Lattes
Ailton Bispo dos Santos Júnior	Gestão	Doutorado	Estado e Administração Pública no Brasil Fundamentos de Políticas Públicas Análise de Políticas Públicas Avaliação de Políticas Públicas	20h	Não	http://lattes.cnpq.br/4269305966169297
Alexandre Laval Silva	Gestão	Doutorado	Gestão Estratégica em Organizações Públicas	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/3784859529909150

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

			Governança no Setor Público			
Alexandre Souto Ferraz	Gestão	Mestrado	Gestão Estratégica em Organizações Públicas Governança no Setor Público	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/7064958522649528
André Luiz Dia	Gestão	Mestrado	Estado e Administração Pública no Brasil Fundamentos de Políticas Públicas Comportamento Organizacional	20h	Não	http://lattes.cnpq.br/4783492647215055
Bibiani Borges Dias	Contabilidade	Mestrado	Controle Interno e Externo	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/0530865467462954
Carlos Ferreira Wanderley	Gestão	Doutorado	Métodos e Técnicas de Pesquisa	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/0328005495416155
Caroline Maria Costa Barros	Direito	Mestrado	Estado e Administração Pública no Brasil Legislação e Políticas Públicas - análise de ações governamentais	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/4172024828184067
Catharina Orbage de Britto Taquary Berino	Direito	Doutorado	Estado e Administração Pública no Brasil Legislação e Políticas Públicas- Análise de Ações Governamentais Fundamentos de Políticas Públicas Métodos e Técnicas de Pesquisa Governança no Setor Público Análise de Políticas Públicas Avaliação de Políticas Públicas Gestão Estratégica em Organizações Públicas Controle Interno e Externo. Trabalho de Conclusão de Curso	40h	Não	http://lattes.cnpq.br/0897038680116788
Denise Gomes de Moura	Gestão	Doutorado	Métodos e Técnicas de Pesquisa Trabalho de Conclusão de Curso	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/8247574647416685

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Eduardo Dias Leite	Gestão	Doutorado	Métodos e Técnicas de Pesquisa Trabalho de Conclusão de Curso	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/2110511717021627
Erika Cristina Rodrigues	Direito	Mestrado	Estado e Administração Pública no Brasil Legislação e Políticas Públicas - análise de ações governamentais	40h		http://lattes.cnpq.br/4221547739167172
Fabiana Carvalho da Silva Bispo	Economia	Doutorado	Economia no Setor Público Fundamentos de Políticas Públicas Análise de Políticas Públicas Avaliação de Políticas Públicas	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/3843909031119621
Flávia Furtado Rainha Silveira	Gestão	Doutorado	Comportamento Organizacional	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/2439249743856655
Francisco de Assis Póvoas Pereira	Gestão	Doutorado	Estado e Administração Pública no Brasil Fundamentos de Políticas Públicas	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/2770334244926489
Gustavo Filice de Barros	Gestão	Doutorado	Estado e Administração Pública no Brasil Fundamentos de Políticas Públicas Análise de Políticas Públicas Avaliação de Políticas Públicas Governança no Setor Público	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/4834817243326876
Izabela Paranaíba Calegari	Contabilidade	Mestrado	Controle Interno e Externo	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/8806688291562241
Jaqueline Thomazine Brocchi	Economia	Doutorado	Economia no Setor Público	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/9927719922582310
José Wagner Marques Raulino	Contabilidade	Mestrado	Controle Interno e Externo	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/7320266093004732
Juliana Quirino Silva Alcantara	Direito	Mestrado	Legislação e Políticas Públicas - análise de ações governamentais	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/7425770462826367

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Katia Guimarães Sousa Palomo	Gestão	Doutorado	Métodos e Técnicas de Pesquisa Trabalho de Conclusão de Curso	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/1624087841228368
Luciana Massukado	Gestão	Doutorado	Gestão Estratégica em Organizações Públicas	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/6080780172644582
Luciano Pereira da Silva	Economia	Doutorado	Economia no Setor Público Avaliação de Políticas Públicas	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/3220795361780892
Lusifátima Maria Gadelha de Oliveira Requia Ramos	Gestão	Mestrado	Gestão Estratégica em Organizações Públicas	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/3255048615143056
Marcela Ferreira Oliveira	Gestão	Mestrado	Métodos e Técnicas de Pesquisa	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/2072329776355772
Marco Aurélio Bittencourt	Economia	Doutorado	Estado e Administração Pública no Brasil Economia no Setor Público Governança no Setor Público	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/9953834017331491
Maria Marclane Bezerra Vieira	Contabilidade	Mestrado	Controle interno e externo	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/7823606832806517
Mariana Carolina Barbosa Rego	Gestão	Doutorado	Comportamento Organizacional Métodos e Técnicas de Pesquisa Trabalho de Conclusão de Curso	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/1525030197427442
Nancy da Luz Davidis	Gestão	Mestrado	Fundamentos de Políticas Públicas Análise e Avaliação de Políticas Públicas	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/4831605689448077
Nathália de Melo Santos	Gestão	Doutorado	Métodos e Técnicas de Pesquisa Governança no Setor Público	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/9534873912200166
Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha	Gestão	Doutorado	Estado e Administração Pública no Brasil Fundamentos de Políticas Públicas Análise de Políticas Públicas Avaliação de Políticas Públicas Governança no Setor Público	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/4414411053980077
Philippe Tshimanga Kabutakapua	Economia	Doutorado	Economia no Setor Público	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/7492994887082333

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Priscila Ramos de Moraes Rego Agnello	Direito	Mestrado	Legislação e Políticas Públicas - análise de ações governamentais	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/85754108916534 <u>93</u>
Richard Wilson Borrozine de Siqueira	Economia	Doutorado	Economia no Setor Público Governança no Setor Público	40h	Sim	http://lattes.cnpq.br/43673110383672 <u>40</u>

6.2 Corpo Técnico Administrativo que poderá atuar no Curso

Quadro 3 – Corpo técnico-administrativo do curso

SERVIDOR	CARGO EMPREGO	JORNADA TRABALHO	SETOR EXERCÍCIO	TITULAÇÃO
Adriana Martins Reis	Auxiliar de biblioteca (PCIFE) - 701409	40 horas semanais	CGBB	Especialização nível superior
Alberth Sant Ana Costa Da Silva	Bibliotecário documentalista (PCIFE) - 701010	40 horas semanais	CGBB	Mestrado
Ana Roberta Crisóstomo de Moraes	Assistente de aluno (PCIFE) - 701403	40 horas semanais	CDES	Mestrado
Andreia e Silva Soares	Técnico em assuntos educacionais (PCIFE) - 701079	40 horas semanais	CGAE	Especialização nível superior
Beatriz Rodrigues Diniz	Assistente social (PCIFE) - 701006	40 horas semanais	CGAE	Doutorado
Carolina Ribeiro de Souza	Assistente de aluno (PCIFE) - 701403	40 horas semanais	CDPS	Graduação (nível superior completo)
Cassia de Sousa Carvalho	Tradutor intérprete de linguagem sinais (PCIFE) - 701266	40 horas semanais	CINC	Especialização nível superior
Davi Lucas Macedo Neves Cruz	Técnico em assuntos educacionais (PCIFE) - 701079	40 horas semanais	CGRA	Mestrado
Diana Angelica Carvalho de Sousa	Técnico em assuntos educacionais (PCIFE) - 701079	40 horas semanais	CGEN	Especialização nível superior
Diego Henrique Galhen Marques	Técnico em assuntos educacionais (PCIFE) - 701079	40 horas semanais	CGEN	Especialização nível superior

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Gisele Rodrigues Alvarenga	Assistente em administração (PCIFE) - 701200	40 horas semanais	CGRA	Graduação (nível superior completo)
Gizelli Feldhaus da Costa Araujo	Administrador (PCIFE) - 701001	40 horas semanais	CDPS	Especialização nível superior
Gloria Juliane Rabelo Leal	Técnico de laboratório área (PCIFE) - 701244	40 horas semanais	CDEA	Especialização nível superior
Iasmin Santos da Rocha Pinto	Psicólogo-área (PCIFE) - 701060	40 horas semanais	CDPS	Especialização nível superior
Jadir Viana Costa	Auxiliar de biblioteca (PCIFE) - 701409	40 horas semanais	CGBB	Especialização nível superior
Jaspion Leone Rocha	Tradutor intérprete de linguagem sinais (PCIFE) - 701266	40 horas semanais	CINC	Especialização nível superior
Juliana Aretz Cunha de Queiroz Afonso Detoni	Bibliotecário documentalista (PCIFE) - 701010	40 horas semanais	CGBB	Especialização nível superior
Jussara Augusta Batista dos Santos	Técnico de laboratório área (PCIFE) - 701244	40 horas semanais	CGBB	Técnico (nível médio completo)
Laura Cecilia dos Santos Cruz	Bibliotecário documentalista (PCIFE) - 701010	40 horas semanais	CGBB	Especialização nível superior
Lucelia de Almeida Silva	Técnico em assuntos educacionais (PCIFE) - 701079	40 horas semanais	CINC	Mestrado
Luciana Ferreira da Cruz	Assistente em administração (PCIFE) - 701200	40 horas semanais	CGRA	Especialização nível superior
Luiz Antonio Lira Junior	Tradutor intérprete de linguagem sinais (PCIFE) - 701266	40 horas semanais	CINC	Doutorado
Mariela do Nascimento Carvalho	Bibliotecário documentalista (PCIFE) - 701010	40 horas semanais	CGBB	Especialização nível superior
Milene de Souza Santana Cortez	Auxiliar de biblioteca (PCIFE) - 701409	40 horas semanais	CGBB	Especialização nível superior

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Mirian Emilia Nunes da Silva Ferreira	Técnico em assuntos educacionais (PCIFE) - 701079	40 horas semanais	CGEN	Mestrado
Nadjar Aretuza Magalhães	Tradutor intérprete de linguagem sinais (PCIFE) - 701266	40 horas semanais	CINC	Graduação (nível superior completo)
Nara Rodrigues Silva	Assistente em administração (PCIFE) - 701200	40 horas semanais	CGBB	Graduação (nível superior completo)
Patrícia Alves Rodrigues	Pedagogo-area (PCIFE)	40 horas semanais	CGEN	Especialização nível superior
Pollyana Maria Ribeiro Alves Martins	Pedagogo-area (PCIFE) - 701058	40 horas semanais	CGEN	Mestrado
Priscila de Lucas Fortes dos Santos	AUXILIAR DE BIBLIOTECA (PCIFE) - 701409	40 horas semanais	CGBB	Graduação (nível superior completo)
Soraya Cortizo Quintanilha do Nascimento	Técnico em assuntos educacionais (PCIFE) - 701079	40 horas semanais	CGEN	Mestrado
Stefany Christinne Otto	Assistente de aluno (PCIFE) - 701403	40 horas semanais	CGAE	Técnico (nível médio completo)
Tatylla Pereira Farias Aquino de Moura Dias	Auxiliar em Administração (PCIFE) - 701405	40 horas semanais	CGRA	Graduação (nível superior completo)
Wilk Wanderley de Farias	Auxiliar em Administração (PCIFE) - 701405	40 horas semanais	CGBB	Especialização nível superior

7. INFRAESTRUTURA: INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA

7.1 Biblioteca

A Biblioteca do Campus Brasília atua de modo integrado com a rede de bibliotecas do Instituto Federal de Brasília (IFB), conforme normas estabelecidas no Regulamento do Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília (SiBIFB), aprovado pela Resolução nº 10/2014CS-IFB, atualizado pela Resolução nº 30/2021-RIFB/IFBRASÍLIA.

Em 2011, a Biblioteca entrou em funcionamento com a missão de prestar suporte informacional às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais desenvolvidas no âmbito do Campus Brasília. Em dezembro de 2017, foi inaugurado



o atual espaço que ocupa uma área de 2.918,74 m² e comporta confortavelmente 500 usuários de forma simultânea.

Para familiarizar a comunidade acadêmica com a estrutura física, acervos, funcionamento, produtos e serviços prestados, criou-se o Guia da Biblioteca que está disponível no site do sistema de bibliotecas do IFB, www.siabi.ifb.edu.br, e no portal da biblioteca do Campus Brasília.

7.2 Acervo Físico e Digital

A Biblioteca do Campus Brasília dispõe de um vasto acervo físico e digital para atender a comunidade acadêmica. Atualmente, possui o maior acervo físico do Sistema de Bibliotecas do IFB, com mais de 25 mil materiais informacionais nas áreas de eventos, dança, artes, gestão e negócios, administração, informática, direito e economia, compostos por literaturas nacional e estrangeira, dicionários, multimeios, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e periódicos. A pesquisa dos títulos que compõem o acervo físico pode ser feita no catálogo online disponível no portal www.siabi.ifb.edu.br.

Como parte do acervo digital, a Biblioteca Brasília disponibiliza acesso a mais de 15 mil livros eletrônicos por meio da Biblioteca Virtual da Pearson (BV) que reúne mais de 30 editoras parceiras, em diferentes áreas do conhecimento. O conteúdo digital da Biblioteca Virtual está disponível para os alunos, docentes e técnicos do Campus Brasília. Também está disponível acesso à plataforma Minha Biblioteca que reúne mais de 12 mil livros eletrônicos das maiores editoras acadêmicas. O acesso à Minha Biblioteca é liberado exclusivamente para alunos de cursos superiores, pós-graduação e docentes do IFB. Os tutoriais para acesso aos acervos virtuais dos e-books contratados estão disponíveis no site da biblioteca.

O acervo digital do Campus Brasília conta ainda com a Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso que disponibiliza acesso aberto à produção acadêmica de estudantes do IFB Campus Brasília. Na plataforma é possível acessar monografias, dissertações, artigos acadêmicos e produtos educacionais. O conteúdo completo está disponível para consulta e download em PDF. A Biblioteca Digital de Trabalhos Acadêmicos está disponível em: <https://bdtcbr.omeka.net/>.



Além disso, é disponibilizada assinatura do Portal de Periódicos Capes que reúne um acervo de mais de 45 mil títulos em texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases de patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual, por meio de equipamentos/dispositivos conectados à internet pelos IPs do Instituto, bem como de qualquer lugar e horário através da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). O IFB dispõe ainda da assinatura da Target GEDWeb que se trata de base de dados de normas técnicas e documentos regulatórios do Brasil, como: normas da ABNT NBR/NM, normas internacionais e estrangeiras. O acesso à plataforma deve ser realizado conforme tutorial disponível no site da biblioteca.

7.2.1 Crescimento do Acervo Físico

A biblioteca conta com mais de 7.930 (sete mil, novecentos e trinta) títulos registrados no sistema SIABI, o que totaliza 24.749 (vinte e quatro mil, setecentos e quarenta e nove) exemplares, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Acervo da biblioteca

ACERVO FÍSICO TOTAL DA BIBLIOTECA POR TIPO DE MATERIAL (05/2023)*		
Tipo de material	Títulos	Exemplares
Livro	7.931	24.749
Monografia	287	334
Folheto	36	63
CD-ROM	100	346
DVD	188	237
Referência	50	87
Periódicos Nacionais	11	143
Periódicos Internacionais	3	17



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Coleção Especial	3	4
Tese	18	19
Objeto Tridimensional	6	15
Mapa	3	12
Outros	4	61

*Data de finalização do último inventário realizado na biblioteca: 30 de setembro de 2024.

Na tabela 2, é possível acompanhar o crescimento do acervo da biblioteca por área do conhecimento e ano. Portanto, é necessário enfatizar que a atualização e ampliação sustentável do acervo é uma meta constante a fim de proporcionar diversidade e pluralidade de fontes informacionais para formação profissional dos alunos.

Tabela 2 – Crescimento do acervo da biblioteca

Crescimento do acervo da Biblioteca													
Áreas do Conhecimento	Quantidade de Exemplares												
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Ciências exatas e da terra	1105	1345	719	212	51	1710	295	72	0	10	0	6	4378
Engenharias	1320	1857	408	168	106	614	95	42	1	26	0	0	3537
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Ciências Sociais Aplicadas	1989	2933	608	344	150	952	287	259	5	45	11	67	5939
Ciências Humanas	647	1083	279	72	69	310	118	98	0	25	1	58	2133



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Linguística, Letras e Artes	2130	2445	795	726	266	900	604	307	1	206	45	559	6213
Outros (sem enquadramento)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Total	7191	9663	2809	1522	642	4486	1399	778	7	312	57	690	22.210

Observações: Na base Siabi temos um número de 2.539 títulos que não estão vinculados a nenhuma área do conhecimento, por isso a diferença entre o total de itens por área do conhecimento e o total de itens catalogados na base do sistema. Data de extração dos dados do Siabi: 06 de novembro de 2024.

7.3 Produtos e Serviços Ofertados

Os serviços e produtos da Biblioteca Brasília são disponibilizados de forma presencial, virtual e híbrida. Dentre os principais serviços ofertados à comunidade acadêmica, temos:

- Acesso e orientação às bibliotecas virtuais;
- Auxílio à normalização de trabalhos acadêmicos;
- Acesso à wireless;
- Biblioteca das coisas que consiste no empréstimo de tablet, jogos, fones, entre outros;
 - Boletim informativo;
- Consulta on-line ao acervo físico;
- Computadores para pesquisa e estudo (23 máquinas);
- Elaboração de ficha catalográfica;
- Empréstimo domiciliar de materiais;
- Levantamento bibliográfico;
- Orientação na localização de livros e informações;
- Orientação para pesquisa em bases de dados;
- Programa de capacitação de usuários com oferta de treinamentos;
- Reserva e renovação de materiais;
- Salas para estudo em grupo (5 salas cada uma com capacidade para 8 pessoas);
- Visitas guiadas.



Para solicitar os serviços com atendimento virtual é necessário preencher o Formulário de Requerimento de Serviços da Biblioteca do Campus Brasília, disponível no site da biblioteca, www.siabi.ifb.edu.br.

7.4 Acessibilidade

A Biblioteca do IFB Campus Brasília dispõe de recursos e tecnologias assistivas, para viabilizar o acesso às fontes de informação e pesquisa, assim como possui uma infraestrutura física adaptada, conforme normas de acessibilidade, a saber:

- Livros eletrônicos com recursos de: leitura de texto em voz; opções de contraste da tela; e aumentar ou diminuir o tamanho da fonte;
- Computadores para pesquisa e estudo adaptados com softwares leitores (DOSVOX e NVDA);
- Mouses adaptados;
- Scanner de voz que permite converter livros do acervo físico em áudio;
- Balcões de atendimento rebaixados;
- Banheiros adaptados;
- Elevador com teclas de sinalização tátil;
- Espaçamento mínimo de 120 cm entre as estantes;
- Mesas e terminais de consulta com fácil acesso;
- Sinalização tátil no piso e escadas.

7.5 Infraestrutura

O prédio da biblioteca abrange uma área de quase 3 mil metros, sendo distribuída em três pavimentos, a saber:

Térreo - nível de ruído normal

- Acervos (Classes de 0 a 3);
- Balcão de atendimento ao(à) usuário(a);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Sala destinada à comunidade externa;
- Mesas para estudo individual e em grupo;
- Lounges de leitura e espaço para jogos;
- Computadores para pesquisas acadêmicas;
- Terminal para consulta ao acervo;
- Espaço para eventos (museu): reserva por meio do Suap e disponível para a realização de eventos estudantil, acadêmico, Técnico-científico e cultural;
- Sala de aquisição.

1º andar - nível de ruído moderado

- Acervos (Classes de 5 e 6);
- Laboratório Digital;
- Cabines de estudo individual
- Mesas para estudo individual e em grupo;
- Sanitários

2º andar - nível de ruído baixo

- Acervos (Classes de 7a 9);
- Referência (dicionários e enciclopédias);
- TCCs;
- Multimeios (Cds e DVDs);
- Terminal para consulta ao acervo;
- Cabines de estudo individual
- Mesas para estudo individual e em grupo;
- Sala da Coordenação.

7.6 Recursos Tecnológicos

- Ambiente com internet wireless;
- Computadores para estudo e pesquisa;
- Laboratório digital;



- Sistema de gestão e controle de acervo com tecnologia RFID (Identificação por Radiofrequência);
- Sistema antifurto;
- Sistema de monitoramento.

7.7 Canais de Comunicação

Site do SiBIFB: <http://siabi.ifb.edu.br/>

Site da biblioteca: <https://www.bibliotecabrasiliaifb.tk/>

E-mail: bibliotecabrasilia@ifb.edu.br

Rede de social: @bibliotecabrasilia.ifb

Telefone: 2193-8075

8. MATRIZ CURRICULAR

Tabela 3 – Matriz Curricular do curso

SEMESTRE	DISCIPLINA	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA RELÓGIO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
1	Estado e Administração pública no Brasil	EABR	-	30	30	3
1	Economia no setor público	ECON	-	30	30	3
1	Legislação e Políticas Públicas Análise de Ações Governamentais	LEPP	-	30	30	3
1	Fundamentos de Políticas Públicas	FUPP	-	30	30	3
1	Comportamento Organizacional	COMP	-	30	30	3
1	Métodos e Técnicas de Pesquisa	METP	-	30	30	3
2	Governança no Setor Público	GOVP	-	30	30	3



2	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	AAPP	-	60	60	3
2	Gestão Estratégica em Organizações Públicas	GEOP	-	30	30	3
2	Controle Interno e Externo	COIE	-	30	30	3
2	Trabalho de Conclusão de Curso	TCC	-	30	30	3
CARGA HORÁRIA TOTAL						360

8.1. Fluxo e organização curricular

Tabela 4 – Organização Curricular do curso

MÓDULO I: Fundamentos e Aspectos Metodológicos		
Componentes	Código	C.H. Relógio
Estado e Administração Pública no Brasil	EABR	30
Economia no setor público	ECON	30
Legislação e Políticas Públicas- Análise de Ações Governamentais	LEPP	30
Fundamentos de Políticas Públicas	FUPP	30
Comportamento Organizacional	COMP	30
Métodos e Técnicas de Pesquisa	METP	30
Carga-horária total do módulo		180
MÓDULO II: Núcleo específico e Trabalho de Conclusão de Curso		
Governança no Setor Público	GOVP	30
Análise e Avaliação de Políticas Públicas	AAPP	60
Gestão Estratégica em Organizações Públicas	GEOP	30
Controle Interno e Externo	COIE	30
Trabalho de Conclusão de Curso	TCC	30
Carga-horária total do módulo		180



8.2. EMENTÁRIO

Quadro 4 – Ementários

COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Estado e Administração Pública no Brasil 1º semestre 30h	Estado, governo e Administração pública. A organização política da sociedade no processo de fortalecimento da democracia e da cidadania. As reformas na Administração Pública Brasileira. Capacidades estatais e arranjos institucionais. Federalismo e relações intergovernamentais. Obstáculos à nova gestão pública. Tendências e iniciativas locais.
Bibliografia básica	BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política (2 volumes) . 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2010. BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do Estado e administração pública gerencial . 7ª São Paulo: FGV Editora, 2008. BRESSER-PEREIRA, L. C. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil . Revista do Serviço Público – RSP Brasília 73 (Especial 85 Anos) 180–219 novembro/2022. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8723/6698 . BONAVIDES, P. Ciência Política . 26ed. Rio de Janeiro: Malheiros, 2019.
Bibliografia complementar	ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. (Org). Reforma do estado e o contexto federativo brasileiro . São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998. BRESSERPEREIRA, L.C. Desenvolvimento e Crise no Brasil – História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula . São Paulo: Editora 34, 2003. CARVALHO, M. I. V.; RUA, M. G. O estudo da política: tópicos selecionados . Brasília: Paralelo 15, 1998. COSTIN, C. Administração Pública . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. MARTINS, H.F; MARINI, C. Um Guia de Governança para Resultados na Administração Pública . Brasília: PUBLIX Conhecimento, 2010. MOORE, M. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo . Rio de Janeiro: Uniletras; Brasília: ENAP, 2002. NUNES, E. A Gramática Política do Brasil – Clientelismo e Insulamento Burocrático . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. PEIXOTO, J. P. M.; REGO, A. C. P. (Coord.). Governando o governo: modernização da administração pública no Brasil . São Paulo: Atlas, 2008. BERINO, Catharina Orbage de Britto Taquary. BERINO, Daniel Machado. Gestão Pública e Políticas Públicas: Ações, Estratégias e Controle . Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/l23282p8/5483yk2n/58Tk7k61pW2N5mq7.pdf .
COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Economia no Setor Público 1º semestre 30h	Funções do Estado. Teoria dos bens públicos e escolha social. Receitas governamentais. Princípios de tributação. Alocação de recursos e impostos. Déficit público. Evolução da economia brasileira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia básica	RIANI, Flávio. Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória , 6ª edição. Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788521632320. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521632320/ . GIAMBIAGI, Fabio. Finanças Públicas - Teoria e Prática no Brasil . Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788595154773. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154773/ . LACERDA, Antônio Corrêa de. Economia brasileira . SRV Editora LTDA, 2018. E-book. ISBN 9788547231798. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547231798/ .
Bibliografia complementar	MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas , 7ª edição. Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597012972. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012972/ . REZENDE, F. Finanças Públicas . São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA, F. A. Economia e política das finanças públicas no Brasil: um guia de leitura . Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 534-535, 2010.
COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Legislação e Políticas Públicas- Análise de Ações Governamentais 1º semestre 30h	Práticas governamentais na estruturação das políticas públicas. Processo legislativo para a formulação de políticas públicas. Estratégias legislativas na elaboração e implementação de políticas públicas. Controle político da Administração Pública. Controle judicial sobre as políticas públicas.
Bibliografia básica	LIPSKY, Michael. Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Brasília: Enap, 2019. 430 p. MONTEIRO, Jorge Vianna. Como funciona o governo: escolhas públicas na democratização representativa. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 217 p. : il. SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 238 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia complementar	<p>BERINO, Catharina Orbage de Britto Taquary. BERINO, Daniel Machado. Gestão Pública e Políticas Públicas: Ações, Estratégias e Controle. Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/l23282p8/5483yk2n/58Tk7k61pW2N5mq7.pdf.</p> <p>HARGUINDÉGUY, Jean-Baptiste. Análisis de políticas públicas. Madrid: Tecnos, 2013. 285 p.</p> <p>XUN, Wu. Guia de políticas públicas: gerenciando processos / M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014.</p> <p>AMARAL JÚNIOR, José Levi Melo do. O poder legislativo na democracia contemporânea: a função de controle político dos parlamentos na democracia contemporânea. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 42, n. 168, out./dez. 2005.</p> <p>COSTA, Bruno Andrade. O controle judicial nas políticas públicas: Análise das decisões judiciais e seu cumprimento para a realização progressiva dos direitos fundamentais sociais. Ano 50 Número 199 jul./set. 2013.</p> <p>CAVALCANTE FILHO, João Trindade. Limites da iniciativa parlamentar sobre políticas públicas: uma proposta de releitura do art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal. Textos para discussão, vol. 1, nº 122, 2013, p. 33. Senado Federal, http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243237.</p> <p>GERTLER, Paul J., et al. Avaliação de Impacto Na Prática. Segunda Edição. World Bank Publications, 2018.</p> <p>CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de Políticas. Brasília: Enap, 2018.</p>
COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Fundamentos de Políticas Públicas 1º semestre 30h	Introdução conceitual e modelos teóricos de políticas públicas. O Ciclo e outros modelos de análise de políticas públicas. Atores. Design thinking aplicado à formulação de políticas públicas. Modelos analíticos de implementação de políticas públicas. Redes de políticas públicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia básica	<p>DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa de. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522484478. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484478/ GONÇALVES, Guilherme C.; AFFONSO, Lúcia M F.; TEIXEIRA, Vanessa R.; et al. Elaboração e implementação de políticas públicas. Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595021952. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021952/. SECC HI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, c 2014. xvi, 168 p. : il.</p>
Bibliografia complementar	<p>ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo Cesar; HOCHMAN, Gilberto (org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, c2007. 397 p. 23 cm. il. CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. Brasília: ENAP, 2017. 151 p. : il. (Governo e políticas públicas)</p> <p>DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Francisco G. Heidemann e José Francisco Salm. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.</p> <p>MENDONÇA, Leticia Koeppel. Design thinking e políticas públicas: ampliando as possibilidades de diálogo. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma3/leticia-koeppel-mendonca.pdf</p> <p>SOUZA, Celina. Coordenação de políticas públicas. Brasília: ENAP, 2018. 72 p. : il. (Governo e políticas públicas).</p> <p>BERINO, Catharina Orbage de Britto Taquary. BERINO, Daniel Machado. Gestão Pública e Políticas Públicas: Ações, Estratégias e Controle. _In:_ Direitos Sociais e Políticas Públicas IV, XXXI Congresso Nacional do CONPEDI - Brasília/DF. Disponível em: BERINO, Catharina Orbage de Britto Taquary. BERINO, Daniel Machado. Gestão Pública e Políticas Públicas: Ações, Estratégias e Controle. Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/l23282p8/5483yk2n/58Tk7k61pW2N5mq7.pdf.</p>
COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Comportamento Organizacional 1º semestre 30h	<p>Conceito de Comportamento Organizacional e sua relação com a governança. Valores, Atitudes e Percepção Social. Vínculo do indivíduo com a organização. Comunicação e liderança para o exercício da governança. Comportamentos contraproducentes no ambiente de trabalho. Clima e cultura organizacional.</p> <p>Diagnóstico e análise de variáveis de Comportamento Organizacional.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia básica	<p>ROBBINS, Stephen P.; SOBRAL, Filipe; JUDGE, Timothy A. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010. xxvi, 633 p. : il.</p> <p>SIQUEIRA, Mirlene M. M. Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008. <i>Ebook</i>. ISBN 9788536314945. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536314945/. Acesso em: 09 abr. 2024.</p> <p>ZANELLI, José C.; BORGES-ANDRADE, Jairo E.; BASTOS, Antônio V B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2014. <i>Ebook</i>. ISBN 9788582710852. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582710852/. Acesso em: 09 abr. 2024.</p>
Bibliografia complementar	<p>BALSAN, L. A. G.; KNEIPP, J. M.; TONIN, D.; Costa, V. M. F. Os vínculos que o indivíduo estabelece com a organização: uma análise da produção científica brasileira. Revista de Ciências da Administração, v. 18, n. 45, p. 25-37, 2016.</p> <p>BASTOS, A. V. B.; BORGES-ANDRADE, J. E. Comprometimento com o Trabalho: padrões em diferentes contextos organizacionais. Revista de Administração de Empresas, v. 42, n. 2, p. 31-41, 2002.</p> <p>BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público. Brasília: Enap. 2019. <i>E-book</i>. ISBN 9788525601094. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4283. Acesso em: 11 abr. 2024.</p> <p>RODRIGUES, A. C. A.; BASTOS, A. V. B. Os vínculos de comprometimento e entrenchamento presentes nas organizações públicas. Revista de Ciências da Administração, v. 15, n. 36, p. 143-158, 2013.</p> <p>SIQUEIRA, Mirlene M M. Novas medidas do comportamento organizacional. Porto Alegre: Artmed, 2013. <i>E-book</i>. ISBN 9788582710227. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582710227/. Acesso em: 09 abr. 2024.</p>

COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Métodos e Técnicas de Pesquisa 1º semestre 30h	<p>Ética em Pesquisa. Estrutura de artigo científico. Tipologia da pesquisa.</p> <p>Técnicas de coleta de dados: coleta documental, entrevista e questionário. Análise e interpretação de dados qualitativos e quantitativos. Estatística descritiva. Análise de conteúdo. Diretrizes e normas para apresentação dos trabalhos acadêmicos, citações e referências.</p>
Bibliografia básica	<p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/. Acesso em: 14 out. 2024.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/. Acesso em: 14 out. 2024.</p> <p>FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321356/. Acesso em: 14 out. 2024.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia complementar	<p>COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555738/. Acesso em: 14 out. 2024.</p> <p>CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334192/. Acesso em: 14 out. 2024.</p> <p>FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/. Acesso em: 14 out. 2024.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925207/. Acesso em: 14 out. 2024.</p> <p>VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499052/. Acesso em: 14 out. 2024.</p>
----------------------------------	---

COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Governança no Setor Público 2º semestre 30h	Noções introdutórias: conceito e princípios da governança pública e governança democrática. Evolução e aplicação da governança no setor público. Fundamentos da governança democrática. A governança pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta. Visão estratégica. Responsividade. Efetividade e eficiência. Accountability. Prestação de contas. Transparência. Equidade. Estado de Direito. Governança e profissionalização dos gestores públicos. Exemplos e/ou experiência de órgãos e instituições públicas.
Bibliografia básica	<p>BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. <i>Organizações & Sociedade</i>, v. 27, p. 370-395, 2020.</p> <p>GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. XIV Encontro do Conpedi, v. 16, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de; PISA, Beatriz Jackiu; AUGUSTINHO, Sônia Maria. Gestão e governança pública: aspectos essenciais. 2016.</p> <p>PETERS, Brainard Guy. O que é Governança?. <i>Revista do TCU</i>, n. 127, p. 28-33, 2013.</p> <p>RONCONI, L. Governança pública: um desafio à democracia (Public governance: a challenge to Democracy). Doi: 10.5212/Emancipacao.v.11i1.0002. Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 11, n. 1, 2011. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1696. Acesso em: 29 out. 2024.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia complementar	<p>BRASIL. Guia da política de governança pública. Casa Civil da Presidência da República – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. 86 p.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas / Tribunal de Contas da União. – Brasília : TCU, 2014. 91 p.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU/ Tribunal de Contas da União. 3ª Edição - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex, 2020. 242 p.</p>
COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Gestão Estratégica em Organizações Públicas 2º semestre 30h	<p>Gestão Estratégica em Organizações Públicas Carga-horária: 30h</p> <p>Ementa:</p> <p>Contextualização do Planejamento Estratégico. Etapas do Planejamento Estratégico. O método Balanced Scorecard. Gestão do desempenho institucional com base nos indicadores preconizados pelos órgãos de planejamento e controle. Gestão da performance para manter e melhorar resultados e superação dos entraves burocráticos.</p>
Bibliografia básica	<p>MATIAS-PEREIRA, José. Curso de gestão estratégica na administração pública. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771677/. Acesso em: 08 nov. 2024.</p> <p>THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. Administração estratégica. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550054/. Acesso em: 08 nov. 2024.</p>
	<p>KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, c2001.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia complementar	<p>DE TONI, Jackson. O planejamento estratégico governamental: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37392/_epub/0. Acesso em: 08 nov. 2024.</p> <p>KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Alinhamento: utilizando o balanced scorecard para criar sinergias corporativas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>HERRERO, Emílio Balanced scorecard e a gestão estratégica: uma abordagem prática / Emílio Herrero. – Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555206920/pageid/2. Acesso em: 11 nov. 2024.</p> <p>COSTA, Eliezer Arantes da. Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos. 2a Ed São Paulo. 2007. Saraiva. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502088825/pageid/2. Acesso em: 11 nov. 2024.</p>
COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Análise e Avaliação de Políticas Públicas 2º semestre 60h	<p>Análise ex ante de políticas públicas. Estratégia de análise de políticas públicas. Análise de impacto legislativo.</p> <p>Avaliação no Setor Público. Construção de indicadores, medidas de avaliação e indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Teoria, métodos, técnicas e tipos de avaliação (avaliação <i>in itinere</i>, avaliação <i>ex post</i>). Ciclo da gestão e retroalimentação.</p>
Bibliografia básica	<p>HEIDEMANN, Francisco G. (org.) ; SALM, José Francirco (org.) . Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014. 347 p. : il.</p> <p>FONTE, Felipe de M. Políticas públicas e direitos fundamentais. Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786555597417. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597417/.</p> <p>CAPEL LA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. Brasília: ENAP, 2017. 151 p. : il. (Governo e políticas públicas)</p> <p>SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. Cengage Learning Brasil, 2023. Ebook. ISBN 9788522125470. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125470/.</p> <p>SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de S.; PIRES, Valdemir. Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos. Cengage Learning Brasil, 2019. E-book. ISBN 9788522128976. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128976/.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	<p>BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Ante. Brasília: IPEA, 2018.</p> <p>BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Ante. Brasília: IPEA, 2018.</p> <p>GONÇALVES, Guilherme C.; AFFONSO, Lígia M F.; TEIXEIRA, Vanessa R.; et al. Elaboração e implementação de políticas públicas. Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595021952. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021952/.</p> <p>JANNUZZI, P.M. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: Três valores em disputa na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. Desenvolvimento em Debate, v.4, n.1, 2016, p. 117-142.</p> <p>RAMOS, M.P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Revista de Administração Pública. v. 46, n. 5 (2012). Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7140.</p>
COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Controle Interno e Externo 2º semestre 30h	Sistema de Controle. Controle Interno. Controle Externo. Controle Social. Transparência.
Bibliografia básica	<p>CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Controladoria governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2003.</p>
Bibliografia complementar	ANDRADE, A. M.; SANTANA, H. V. Avaliação de políticas públicas versus avaliação de impacto legislativo: uma visão dicotômica de um fenômeno singular. Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 781-798.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia complementar	<p>ALMEIDA PAULA, M.G. M. Auditoria interna: embasamento conceitual e Tecnológico. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>BARRETO, P. H. T. O sistema de tribunais de contas e instituições equivalentes: um estudo comparativo entre o modelo brasileiro e o da União Europeia. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. 486 p. BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas / Tribunal de Contas da União. – Brasília : TCU, 2014. 91 p. BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade. 14^a Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007. BRASIL.</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br.</p> <p>Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União. Disponível em: www.planalto.gov.br. <u>Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023</u>. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: www.planalto.gov.br.</p> <p>Lei nº 8.433, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. Disponível em: www.planalto.gov.br.</p>
	<p>Resolução da Câmara dos Deputados nº 69, junho de 1994. Dispõe sobre a Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/acamara/estruturaadm/secretarias/secretariade-controle-interno.</p>
COMPONENTE CURRICULAR	BASES TECNOLÓGICAS
Trabalho de Conclusão de Curso 2º semestre 30h	<p>Orientações para buscar orientador. Termo de compromisso de orientação. Itens que compõem o TCC. Construção e aplicação de questionário de pesquisa (presencial e on-line). Elaboração e aplicação de entrevista. Normas de elaboração e formatação de trabalho científico.</p>
Bibliografia básica	<p>DUARTE, Simone V.; FURTADO, Maria Sueli V. Trabalho de conclusão de curso (TCC) em ciências sociais aplicadas. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230323/. SILVA, Douglas Fernandes da et al. Manual prático para elaboração de trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Blucher, 2020. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555500028/. CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro; NOGUEIRA, Daniel Ramos; LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José (org.). TCC Trabalho de conclusão de curso: uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440708/.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia complementar	<p>ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025927/</p> <p>MANZANO, André Luiz Navarro G.; MANZANO, Maria Isabel Navarro G.</p> <p>TCC - trabalho de conclusão de curso: utilizando o Microsoft Word 2013. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517964/</p> <p>MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. Trabalho de conclusão de curso em pedagogia. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6082.</p>
----------------------------------	---

9. METODOLOGIA

A metodologia adotada volta-se para a participação do discente, estimulando sua autonomia, conferindo-lhe o protagonismo no processo de ensino-aprendizagem. As atividades propostas buscam promover a reflexão crítica e o ensino aplicado à resolução de questões concretas. Para tanto, estão previstas atividades como estudos de casos, simulações e exercícios que estimulem a troca de experiências e a aplicabilidade no trabalho.

As estratégias didáticas privilegiam o ensino de aplicabilidade, incentivam a reflexão e o intercâmbio das experiências profissionais dos alunos, bem como a sistematização desse conhecimento a partir de um arcabouço teórico selecionado.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para admissão no curso é imprescindível que o aluno porte diploma de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e que manifeste interesse público e compromisso em participar do curso e submeter-se às normas e regulamentos do IFB. A admissão será feita a partir da publicação de Edital para Seleção de Candidatos a Discente do Curso de Especialização em Gestão Pública do *campus* Brasília do IFB. O Edital de seleção discente poderá abranger critérios de seleção como: avaliação curricular, exposição de motivos ou outros.



11.CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

De acordo com Diretrizes de Avaliação do IFB, aprovada pela Resolução 12/2021 - RIFB/IF (2021), as avaliações deverão priorizar a qualidade com intervenções ao longo do processo ensino aprendizagem. Nesse sentido, as avaliações deverão visar a promoção e orientação daquilo que ainda não foi aprendido, contribuindo para as decisões das ações pedagógicas para que os estudantes alcancem melhores resultados.

Será considerado aprovado em cada componente curricular e ao final do curso, o estudante que obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no total das aulas dadas de cada componente curricular, no semestre.

Ressalta-se que o aproveitamento em cada componente curricular será realizado a partir de uma ou mais avaliações, sob as formas de provas presenciais, trabalhos e seminários, dentre outras, a critério do professor da disciplina, definidas na metodologia do plano de ensino.

As estratégias de avaliação do presente curso deverão ser disponibilizadas pelos docentes por meio do plano de ensino, no início do ano letivo.

O estudante que tiver algum impedimento de frequência às aulas poderá solicitar o regime domiciliar, que é um processo que permite ao aluno a equivalência de estudos, por meio do direito de realizar atividades acadêmicas em seu domicílio, em consonância com o Decreto-Lei nº 1.044/1969 e Lei nº 6.202/1975 que versa sobre o tratamento excepcional para os discentes portadores de enfermidades, bem como acerca das alunas em estado de gestação, eles farão jus a exercícios domiciliares com acompanhamento institucional. Vale ressaltar que não será concedido Regime Domiciliar para componentes curriculares predominantemente práticos e em estágios cujas atividades curriculares práticas requeiram acompanhamento individual do docente e presença física do estudante em ambiente próprio para a execução das atividades.

Aos estudantes com dificuldades de aprendizagem será proporcionado horário de atendimento individualizado com os docentes de cada componente curricular,



recuperação paralela com vistas ao redimensionamento do trabalho educativo na perspectiva da melhoria do processo de ensino-aprendizagem, bem como suporte pedagógico prestado pela Coordenação Pedagógica.

11.1 Recuperação

A proposta de recuperação ficará a critério do docente, que poderá planejá-la no início de cada período letivo, observando-se os critérios estabelecidos pelas normas em vigor.

12. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Poderão ser objeto de aproveitamento de estudos, desde que verificada a equivalência mínima de 75% em termos de conteúdo e carga horária, disciplinas concluídas em cursos de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela Capes, presenciais e/ou à distância, ou em curso de pós-graduação *lato sensu* oferecido por instituição credenciada para atuar nesse nível educacional. O somatório da carga-horária em que houver aproveitamento de estudos não poderá exceder a 1/3 (um terço) da carga horária do curso. O aproveitamento de estudos deverá ser requerido pelo discente, pelo menos, 15 (quinze) dias antes da data de início das aulas da disciplina para a qual o interessado pretende o aproveitamento.

Caberá ao Coordenador do Curso deferir ou não o aproveitamento solicitado, com base no programa e na carga horária do componente curricular cursado, analisados comparativamente com o plano de ensino do componente curricular em questão, sendo observadas as seguintes exigências:

- a) o requerente deverá apresentar histórico comprovando ter cursado a disciplina com aproveitamento;
- b) O aproveitamento obtido pelo discente nesse componente curricular deverá ser equivalente ao mínimo exigido pelo IFB.

13. TRANCAMENTO



O curso poderá ser trancado 1 (uma) única vez, pelo período máximo de 1 (um) ano. Caso, o curso não seja ofertado neste intervalo de tempo, o discente deverá aguardar a oferta de uma nova turma.

Para retornar ao curso, após o trancamento, o discente deverá observar o calendário acadêmico vigente, e solicitar a ativação da matrícula junto ao Registro Acadêmico.

14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC constitui-se em atividade acadêmica obrigatória para a obtenção do diploma de especialista em Gestão Pública. O TCC oportuniza a análise de um aspecto ou temática pertinente à realidade da Gestão Pública e se constitui na pesquisa, síntese, registro e apresentação dos conhecimentos construídos pelo estudante durante a pós-graduação, bem como possibilita a aplicação dos conhecimentos obtidos durante o curso em um caso concreto.

O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser realizado no formato artigo científico de forma individual ou em dupla. O artigo deve ter sido escrito pelo discente, em coautoria com o orientador. As normas textuais para confecção, entrega e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como os prazos que acompanham esse processo devem seguir determinações constantes deste projeto pedagógico de curso e demais regimentos do IFB.

Será permitida a existência de um professor coorientador, podendo este não pertencer ao quadro de servidores do IFB. A orientação docente deverá abranger a escolha do tema, o desenvolvimento e a apresentação do artigo científico.

O TCC somente poderá ser defendido após a conclusão, com êxito, de todas as componentes curriculares. A nota mínima para aprovação do TCC é 6,0 (seis) pontos.

14.1 Fluxo

A coordenação do curso encaminhará aos discentes, lista com os nomes dos possíveis orientadores com linha de pesquisa e e-mail.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- I. Caberá ao discente entrar em contato com o professor orientador preterido e firmar orientação, por meio do TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO - TCC. (Anexo I)
- II. O termo de compromisso deverá ser assinado pelo orientador e discente. Posteriormente, deverá ser encaminhado à coordenação.
- III. O desenvolvimento do TCC será de responsabilidade do professor orientador e discente.
- IV. Após a finalização do TCC, o discente deverá encaminhar à coordenação de curso o TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (anexo II). Caberá a coordenação verificar a conclusão, com êxito, de todas as componentes curriculares. Deferindo ou não a possibilidade de marcação da banca examinadora.
- V. Sendo o processo deferido, professor orientador e o discente deverão providenciar a formação da banca examinadora do TCC, que deverá ser constituída por 3 (três) membros, sendo um destes o professor orientador. A banca examinadora será presidida pelo professor orientador do trabalho sob avaliação. Poderão integrar a banca examinadora profissionais da área que não pertençam ao quadro de servidores do IFB, que tenham a formação acadêmica compatível ou experiência profissional relevante.
- VI. O discente será responsável pela entrega do seu TCC à banca avaliadora, com antecedência de 15 (quinze) dias da data de defesa.
- VII. O resultado da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso será registrado em Ata de defesa de TCC (modelo previsto no SUAP), assinado pelo professor orientador e membros da banca. Caso, o discente venha a ser aprovado, além da Ata de defesa de TCC o professor orientador deverá confeccionar a Folha de Aprovação (modelo previsto no SUAP), está também deverá ser assinada pelos 3 (três) membros da banca. Os documentos devem compor um processo a ser tramitado via SUAP, pelo professor orientador.
- VIII. Caso o candidato não seja aprovado, este deverá passar por nova avaliação em banca no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da primeira apresentação.

Os discentes têm o prazo de até 3 (três meses), após a finalização de todas as componentes curriculares, para defender o TCC.



Em casos excepcionais, o discente poderá requerer uma única vez a prorrogação de defesa do TCC. O prazo máximo para defesa em caso de prorrogação não poderá ser posterior ao tempo de integralização do curso, neste caso 20 (vinte) meses. Para a prorrogação deverá ser protocolado: termo – SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO (anexo III) e o TCC em desenvolvimento.

15. CERTIFICAÇÃO DO CURSO

O IFB expedirá, por meio da Coordenação de Registro Acadêmico do campus Brasília, o seguinte certificado:

I. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização, para o discente que tenha sido aprovado em todas as disciplinas obrigatórias do curso e no Trabalho de Conclusão de Curso;

A entrega dos certificados ao discente estará condicionada ao depósito do TCC, no repositório da instituição, e à quitação/devolução de títulos de empréstimo da biblioteca do IFB. Os certificados obedecerão às normas gerais estabelecidas pelo IFB no que se refere à forma, conteúdo e registro.

16. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO

O acompanhamento dos egressos será realizado conforme a Política de Acompanhamento de Egressos - PAEG do IFB, que tem por objetivo promover um conjunto de ações que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar oportunidades junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Considera-se egresso o aluno certificado por curso FIC, ou diplomado no curso técnico de nível médio subsequente, concomitante, integrado ou curso superior. Os alunos com certificação intermediária obtida no IFB também serão acompanhados pela PAEG, desde que não estejam com a matrícula ativa.



REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **RAP**. Rio de Janeiro, v. 41, n. Esp., 2007, pp. 67-86.

BRAGA, L. V; ALVES, W. S.; FIGUEIREDO, R. M. C.; SANTOS, R. R. O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. **Revista do Serviço Público, Brasília**, n. 59, v. 1., jan.-mar., 2008, p. 05-21. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/137> . Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96. Brasília: MEC.

BRASIL. **Boletim Estatístico de Pessoal**. Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. Vol.17, n. 201 (Jan 2013). Brasília: SEGEPI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 1, de 08 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação Lato Sensu, em nível de especialização. Brasília: CNE/CES, 2007.

BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DISTRITO FEDERAL. COMPANHIA de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. **População, Renda e Ocupação nas Unidades de Planejamento Territorial**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/joomla/735bf60ff91937e4b8e7158564003fdb.pdf>. Acessado em: 29 out. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática pedagógica. 3.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Documentos internos**. 2009-2012. Brasília, DF: 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Resolução 28/2023** - CS/RIFB/IFBRASILIA. Brasília, DF: 2024. Disponível em: [Resolução 28-2023 Aprova o PDI 2024-2030.pdf](#). Acesso em 10 fev. 2025

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Resolução 12/2021** - RIFB/IF. Brasília, DF: 2021. Disponível em: [Resolução 12.2021 - Aprova as Diretrizes de Avaliação no âmbito dos cursos do Instituto Federal de Brasília – IFB.pdf](#) Acesso em 10 fev. 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Projeto Pedagógico do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública**. 2012. 119 p. Brasília, DF.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP.

Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em 11 out.2010.

MARCONI, N. O Perfil burocracia federal (1995-2002): transformações e dilemas.

In: ABRUCIO, F.; LOUREIRO, M.R. **O Estado em uma era de reformas**: os anos FHC. Brasília: Ministério do Planejamento - PNUD, 2002.

MORIN, Edgar. **Os 7 saberes necessários à educação do futuro**. Cortez Editora, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise Crítica da Política do MEC. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.



Anexo I – TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO – TCC

Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Semestre: ____/202__
Tema:	Área:

1. O presente termo tem por objetivo estabelecer compromisso e responsabilidade entre o(a) orientador(a) e discente, com a finalidade de assegurar, com qualidade, o atendimento das exigências necessárias à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
2. O(a) discente deve cumprir todos os prazos estabelecidos pelo IFB e pelo(a) orientador(a) em todas as etapas do processo até a conclusão do TCC. O(a) discente está ciente de que o não cumprimento dos prazos acarretará na impossibilidade de defesa do TCC.
3. O(a) discente deve comparecer aos encontros programados e definidos pelo(a) orientador(a). A ausência em três encontros caracteriza abandono e desistência da orientação.
4. O(a) discente está consciente do que constitui um caso de plágio no desenvolvimento do TCC, bem como as possíveis consequências advindas de tal ocorrência.
5. Cabe ao(à) discente observar todas as normas e condições exigidas para desenvolvimento do trabalho, em especial aquelas contidas no Manual de Normalização do IFB (<http://normaliza.ifb.edu.br>).
6. O(a) discente está ciente de que, para concluir o TCC, deve estar matriculado na disciplina correspondente e tem que ter finalizado com êxito todas as disciplinas do curso.
7. Por estarem de acordo, orientador(a) e discente firmam o termo de compromisso de orientação do TCC para o semestre vigente.

Dados do orientador (a)		Dados do discente	
Nome completo:	SIAPÉ:	Nome completo:	Matrícula:
E-mail:		E-mail:	

Brasília, ____/____/____.



Anexo II - TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____, discente de

Pós-Graduação em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação de Brasília, matrícula _____, encaminho o Trabalho de Conclusão de Curso que tem como título:

_____, orientado por _____ à seguinte banca examinadora:

a) Professor orientador: _____.

Instituição: Instituto Federal de Brasília

b) Professor convidado 1: _____

Instituição: Instituto Federal de Brasília

c) Professor convidado 2: _____

Instituição:

A provável data da defesa do presente TCC será: ____/____/____, às _____h.

Brasília, de _____ de 20____.

_____ Assinatura do(a) discente

Assinatura do orientador(a)



Anexo III - SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO

NOME COMPLETO:	
MATRÍCULA:	E-MAIL:
ORIENTADOR (A):	

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública

Solicito prorrogação do prazo de defesa de meu Trabalho de Conclusão de Curso, inicialmente previsto para o mês de _____, para até _____, tendo em vista fundamentação detalhada a seguir:

Juntamente com este Requerimento, protocolo versão atualizada de meu projeto de pesquisa. Estou ciente de que a defesa do TCC ocorrerá apenas mediante a conclusão de todas as componentes curriculares.

OBSERVAÇÃO: Caso este Requerimento não seja enviado juntamente com a versão atualizada do projeto de pesquisa, o pedido será indeferido.

Brasília, ____ de _____ de _____.

ASSINATURA DO/DA DISCENTE

ASSINATURA ORIENTADOR(A)

Documento Digitalizado Público

Plano de curso Pós em Gestão Pública - Revisado.

Assunto: Plano de curso Pós em Gestão Pública - Revisado.
Assinado por: Nancy Davidis
Tipo do Documento: Plano de Curso Técnico
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ Nancy da Luz Davidis, COORDENADOR(A) DE CURSO - SUBST - CPGP, em 24/11/2025 17:11:48.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/11/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 773347
Código de Autenticação: 27e3edf1fd

